

Cadernos IHU em formação

Emmanuel Kant

Razão, liberdade, lógica e ética

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora Adjunta

Hiliana Reis

Gerente Administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 1 – Nº 2 – 2005

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Diretor do IHU – Unisinos

Conselho Editorial

MS Dármis Corbellini – IHU – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Economia – Unisinos

Profa. Dra. Hiliana Reis – PPG de Comunicação – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Ciências Humanas – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – IHU – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Ciências da Comunicação – Unisinos

Esp. Susana Maria Rocca Larrosa – IHU – Unisinos

Responsável Técnico

Laurício Neumann

Revisão – Língua Portuguesa

Mardilé Friedrich Fabre

Revisão Digital

Camila Padilha

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

www.ihu.unisinos.br

Sumário

Apresentação	
<i>Por Adriano Naves de Brito</i>	4
Emmanuel Kant	
<i>Biografia</i>	8
A Herança de Kant: A vinculação radical entre razão, liberdade e ética	
<i>Entrevista com Manfredo Araújo de Oliveira</i>	10
Kant: um investigador aberto a todas as possibilidades	
<i>Entrevista com Guido Antônio de Almeida</i>	13
A pergunta de Kant ao PT: “Estamos construindo instituições em que soberanias populares estão articuladas com os direitos humanos?”	
<i>Entrevista com Ricardo Terra</i>	17
Uma ética motivada pelo desejo de realização da humanidade	
<i>Entrevista com Valério Rohden</i>	21
Lógica e Metafísica em Kant e Nietzsche	
<i>Entrevista com Rogério Vaz Trapp</i>	23
Kant entre os sentimentos, a razão e a barbárie	
<i>Por Adriano Naves de Brito</i>	25

Os **Cadernos IHU em formação** são uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que reúne, num caderno, entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados no Boletim ***IHU On-Line***. Deste modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, em torno de temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, trabalho, teologia pública, filosofia, política, economia, literatura, movimentos sociais, etc. que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Apresentação

O que há de contemporâneo em Kant?

Em 2004, o mundo acadêmico comemorou o bicentenário da morte de Emmanuel Kant. A força do pensamento kantiano, atestada por sua duradoura e vasta influência em diversas áreas das ciências humanas, teria sido justificativa suficiente para se ter adornado a data com honrarias e celebrações. As cerimônias que a data ensejou foram muitas, em diversos países e de modo algum circunscritas ao ano que passou. Seguimos, na filosofia, sob a égide das homenagens a Kant. Uma das mais significativas ocorrerá no Brasil em setembro deste ano, como nos dá conta Valério Rohden, presidente da Sociedade Kant Brasileira, em entrevista neste número dos **Cadernos IHU em formação**. No período, o país receberá, no campus da USP, o X Congresso Kant Internacional, reunião de *schollars* de todo o mundo que debaterão as entranhas da filosofia kantiana, mas terão também a tarefa de mostrar que ela pode fornecer a nós, homens do mundo contemporâneo, respostas para os complexos problemas que nos desafiam.

Pode Kant, filósofo cuja produção data do século XVIII, falar com pertinência aos homens do século XXI? Há algo de tão contemporâneo em Kant que possa vivificar o seu pensamento para o homem letrado deste século e não apenas para os acadêmicos de nosso tempo? Creio que a tônica deste caderno, dedicado a Emmanuel Kant, é dada por estas perguntas. A se medir a atualidade de Kant pela vastíssima e crescente bibliografia que a sua filosofia tem merecido nas últimas décadas, a resposta deveria ser inequivocamente positiva. Contudo, essa resposta não satisfaz ao leitor que não está entre os estudiosos da filosofia, mas que, em virtude de sua humana condição, se conta entre os que esperam dela algum esclarecimen-

to e direção. A boa filosofia deve ser capaz de, a despeito de sua profundidade, falar aos homens, responder a suas inquietações, inaugurar-lhes horizontes de pensamento.

A filosofia de Kant é notadamente complexa, mas inequivocamente dirigida aos homens, à humanidade, e não apenas aos filósofos. Ao longo do conjunto de entrevistas que compõem este volume, o leitor terá a oportunidade de conferir com que destreza e humildade o pensamento kantiano pode nos falar hoje. O balanço é positivo, segundo me parece, mas não deve impressionar nem pela legítima autoridade dos que falam, nem pela grandeza daquele sobre quem comentam. O que Kant edificou com seu pensamento seria inteiramente posto ao chão se, sobre a verdade de tudo, inclusive do próprio pensamento de Kant, cada um não tomasse para si a máxima de pensar por si mesmo; o que significa “procurar em si próprio (isto é, na sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar sempre por si mesmo é a Ilustração (*Aufklärung*)... Servir-se de sua *própria* razão, quer apenas dizer que, em tudo o que se deve aceitar, se faz a si mesmo esta pergunta: será possível transformar um princípio universal do uso da razão, aquele pelo qual se admite algo, ou também a regra que se segue do que se admite?” (Kant, “O que significa orientar-se no pensamento”. 1786, A 330).

Assim é que o pior que se pode fazer à filosofia kantiana é não submetê-la ao escrutínio do juízo de cada um, transformando-a num dogma. No que toca a esta devoção ao pensamento autônomo, sua filosofia, aliás, não é original (o que não diminui a relevância do ponto), mas filha de seu tempo. Um tempo em que o homem tomou posse de sua razão e depositou nela todas as esperanças de tornar o mundo melhor; o tempo do esclareci-

mento. Kant é um pensador da *Aufklärung* – como bem aponta Rogério Trapp – e o Esclarecimento, em cujo âmbito seu pensamento está inserido, conclama os homens a usar de sua própria razão, conclama-os a pensar com liberdade e a agir autonomamente. Tome então, o leitor, já de partida, como adágio para a leitura deste Caderno, pensar por si próprio, mesmo lá onde isso o leve a duvidar das próprias capacidades da razão, seja de conhecer o mundo, seja de redimir a humanidade.

A questão da contemporaneidade de Kant tem na possibilidade e alcance da razão o seu ponto de inflexão. Pensador crítico, construiu sua filosofia mediante a demarcação dos limites da razão, mas munido dos instrumentos que ela própria para isso podia oferecer. O combate ao dogmatismo, ponto ressaltado por Guido Almeida como um dos mais importantes legados do filósofo, tem em Kant o caráter de um movimento da razão sobre si mesma para limitar-se. Ora, cabe perguntar, no uso de nossa liberdade de discernimento, se pode o olho que tudo vê, discernir os limites entre isto – o que é visto – e o que lhe está fora de alcance. Ricardo Terra, em sua entrevista, ao mencionar a questão da coisa em si, toca numa das pontas dessa questão, qual seja, a ponta teórica. A distinção kantiana entre fenômeno e coisa em si, fundamental para a sua crítica à metafísica, esteve entre os aspectos mais disputados pelos filósofos que imediatamente o sucederam e que, a partir dele, compuseram o idealismo alemão.

A filosofia kantiana é devedora da ciência de seu tempo e assim como essa ciência – a física de Newton – foi severamente abalada pelas teorias físicas contemporâneas, as concepções teóricas de Kant também têm de ser filtradas pelas conquistas científicas hodiernas. De fato, as concepções kantianas de cunho teórico influenciam hoje muito mais pelo procedimento de investigação que ele adotou em sua monumental obra, a ***Crítica da Razão Pura***, do que pelas conclusões a que chegou. Em especial, a investigação filosófica mediada pela análise do juízo, seja ele teórico, prático ou estético, conta entre os elementos que, em meio à filosofia contemporânea que, como destaca Manfredo de Oliveira, deu uma virada lingüística, garantem a Kant uma atualidade inegável. A

idéia de usar a linguagem como meio de investigação das faculdades mentais do homem, e, portanto, como meio para a razão avaliar-se a si mesma, embora devedora em sua gênese do empirismo inglês, foi conduzida por Kant com tal genialidade, no cruzamento que faz com o racionalismo, que praticamente não há contemporaneamente posição filosófica alguma que não tope, em alguma altura, com posições kantianas. Nesse aspecto, ele se situa num cruzamento de posições fundamentais e por isso estudar seu pensamento teórico é decisivo para qualquer pensador de hoje, sob pena de ele navegar sem saber de que porto partiu sua nave.

Mas também na ponta prática, o problema dos limites da razão se coloca. Afinal, pode o homem guiar-se moralmente apenas pela razão? As entrevistas deste caderno deixam entrever claramente que dentre as heranças mais vivas de Kant para o mundo ocidental está a sua filosofia moral, se não por seu apelo racional, então por sua filiação à tradição cristã. Ora, também aqui, no campo prático, a filosofia kantiana denuncia sua origem histórica. Mas ao contrário do que se passa com sua filosofia teórica, o que de Kant é atual na moral é tanto o seu procedimento de análise e fundamentação do fenômeno, quanto o conteúdo de sua doutrina. Se por um lado, o racionalismo kantiano permite a generalização do conteúdo moral de suas reflexões, este conteúdo condiz com a intuição ordinária sobre o valor moral das ações, qual seja, que tal valor está justamente lá para onde as nossas humanas inclinações sensíveis não nos conduzem naturalmente. O valor, em outros termos, está onde o desejo não está, mas lá, para onde a razão, sozinha, dita que nossa ação deva dirigir-se.

O rigorismo da moral kantiana, presente na idéia de que uma ação será boa somente se motivada apenas pelo dever, tem sido, desde Schopenhauer, duramente criticado. Pode o homem guiar-se no agir apenas pela razão? Pode a razão ser prática, quer dizer, determinar por si mesma a ação humana? Há algo como o interesse da liberdade pela razão? Não é o caso de tentar aqui uma resposta a estas questões, mas posso, pelo menos, desdobrar o problema em uma perspecti-

va que situe melhor, assim como o vejo, o fato de Kant tomar a razão como eixo da moral. Num sentido que ainda precisa ficar claro, Kant não tem nenhuma pretensão de reformador moral. Ao contrário, a moralidade, tal como a encontramos no mundo, está bem assim como é. Erram, pois, os críticos de Kant que o julgam como o pensador de uma moral impossível para o comum dos mortais. Nada pode estar mais distante da filosofia moral kantiana, e isso mesmo que talvez nunca tenha havido no mundo – quiçá à exceção de Cristo – uma ação legitimamente moral.

O interesse pela concordância do conhecimento prático que a filosofia crítica pode auferir com as intuições vulgares a respeito da moral é uma constante fundamental nos escritos práticos de Kant. Na verdade, o que esses escritos querem fundar são justamente as sadias intuições morais que qualquer um, mesmo os menos dotados de capacidades intelectuais, tem. Escreverá ele no prefácio à *Fundamentação*: “... a razão humana no campo moral, mesmo no caso do mais vulgar entendimento, pode ser facilmente levada a um alto grau de justeza e desenvolvimento ...” (GMS, BA XIV). Por isso mesmo, considera ele, a tarefa de escrever uma crítica da razão pura em seu uso prático é muito menos necessária que a crítica de seu uso teórico (GMS, BA XIV).

Mas como compatibilizar esta crença na capacidade de discernimento prático do senso comum com o conhecido ceticismo kantiano quanto à pureza dos motivos do agir humano? Ora, no tocante a isso, a desconfiança é tão kantiana quanto a de qualquer homem entre os homens, e disso dá prova a severidade dos juízos de cada um sobre o valor de suas próprias ações e das ações dos outros. Se o discernimento prático é moeda comum entre os homens, o valor moral é aí jóia rara e quando se trata de aquilatar sua legitimidade, são eles ourives cuidadosos contra a especiosidade dos caracteres.

É evidente, então, que aquilo que Kant almeja: que sua filosofia prática concorde com a comum moralidade não são as ações dos homens, mas o juízo que eles delas fazem. Se é de todo incerto que alguma ação tenha sido levada a termo

motivada unicamente pelo mandamento da vontade conforme a lei moral, quer dizer, pela pura determinação da Razão, é certamente segundo ela “que cada um julga se as ações são boas ou más” (KprV, 122). E se é verdade que, por maior que seja a virtude do agente, sempre haverá a possibilidade de que sua ação tenha sido motivada por um móbil sensível e a ele mesmo, o agente, completamente desconhecido e imperceptível; é igualmente certo que onde termina a influência da sensibilidade, aí começa “o valor do caráter, que é, moralmente sem qualquer comparação, o mais alto, e que consiste em fazer o bem, não por inclinação, mas por dever” (GMS, BA 12). Por isso, tem mais valor a filantropia do avarento que a generosidade do despojado; a benevolência do bruto, que a afabilidade do gentil.

Portanto, aquilo do que a filosofia moral kantiana dá conta é do valor absoluto que ele vê presente nos juízos morais que os homens fazem sobre as ações suas e dos outros. Se uma filosofia recusa as conclusões kantianas e o rigorismo que ele vincula à noção de dever, tem ainda de explicar a origem do valor assim como ele se apresenta nos juízos morais humanos, quer dizer, um valor que cresce na medida inversa que diminui a influência das inclinações sobre o agir.

É claro que a pergunta pela felicidade eclode com toda a força quando confrontamos o rigor do dever com as reais circunstâncias da vida humana. Para esta vida e as comunidades e estados que nela os homens edificam, Kant tem, em sua filosofia, um lugar preciso e jamais esquecido. Se suas reflexões fundantes terminam por levá-lo para as esferas mais altas e transcendentais do pensamento, os pés da filosofia kantiana nunca abandonaram o solo do mundo. E mesmo que seus fundamentos, expostos nas obras críticas, possam falhar, ainda assim haverá muito a aprender da descrição kantiana do mundo humano, encrustada em sua filosofia política, do direito, da religião e, é claro, em sua antropologia. Tudo isso compõe um riquíssimo corolário descritivo do homem ao qual se soma um conjunto harmônico de sabedoria prudencial e que garantem à sua obra pelo menos a universalidade estética da boa literatura.

No espírito de uma reflexão que chama a filosofia de Kant para pensar o tempo presente a partir de sua descrição do homem, deixo ao leitor, antes de entregá-lo ao variegado cardápio das entrevistas e textos reunidos neste volume

dos **Cadernos IHU em formação** dedicado a Kant, o texto que segue esta apresentação. A todos uma agradável e frutífera leitura.

Dr. Adriano Naves de Brito

Emmanuel Kant

Reproduzimos uma biografia de Emmanuel Kant, escrita por Rubem Q. Cobra, disponível na página de Filosofia Moderna **Geocities**: <http://www.antroposmoderno.com/biografias/Kant.html>

Emmanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, em geral considerado o pensador mais influente dos tempos modernos, nasceu em Königsberg, atual Kaliningrado, em 22 de abril de 1724. Não casou nem teve filhos, falecendo no dia 12 de fevereiro de 1804 aos 80 anos. Kaliningrado situa-se onde foi a Prússia Oriental, um território no litoral sul do Báltico, parte da Rússia desde 1946.

Kant era filho de um artesão que trabalhava couro e fabricava selas. Sua mãe, de origem alemã, embora não tivesse estudo, foi mulher admirada pelo seu caráter e pela sua inteligência natural. Seus pais eram do ramo pietista da Igreja Luterana, uma subdenominação que requeria dos fiéis vida simples e integral obediência à lei moral.

A influência de seu pastor permitiu a Kant, o quarto de 11 crianças, porém o mais velho sobrevivente, entrar na escola pietista onde estudou, por oito anos e meio, principalmente os clássicos latinos.

Em 1740, aos dezesseis anos, Kant entrou para a universidade de Königsberg onde estudou até os 21 anos. Apesar de ter assistido a cursos de teologia e até pregado alguns sermões, ele foi atraído mais pela matemática e pela física. Ajudado por um jovem professor, Martin Knutzen, que havia estudado Christian Wolff, um sistematizador da filosofia racionalista, e que também era um entusiasta da ciência de Sir Isaac Newton, Kant começou a ler os trabalhos deste físico inglês e, em 1744, começou seu primeiro livro, o qual tratava de um problema relativo a forças cinéticas, **Idéias**

sobre a Maneira Verdadeira de Calcular as Forças Vivas.

Aos 21 anos – apesar de haver decidido seguir uma carreira acadêmica –, com a morte de seu pai em 1746 e o seu fracasso em obter o posto de subtutor em uma das escolas ligadas à universidade, Kant se viu obrigado a desistir temporariamente de seu projeto e a buscar meios imediatos de se manter. Foi compelido a suspender os estudos universitários e ganhar a vida como tutor particular. Durante nove anos, manteve essa ocupação, atividade em que foi bem sucedido e que lhe permitiu conviver com a sociedade mais influente e refinada de seu tempo. Serviu a três famílias diferentes, tendo, nesse período, viajado à cidade próxima de Arnsdorf. Em 1755, ele retornou a Königsberg e lá passou o restante de sua vida.

Em 1755, ajudado por um amigo, Kant pôde completar seus estudos na universidade. Obteve seu doutorado e assumiu a posição de livre docente (Privatdozent, professor sem salário).

A seguir, por 15 anos, ele ensinou na universidade, primeiro dando aulas de Ciência e Matemática, mas gradualmente ampliando seu campo de interesse a quase todos os ramos da filosofia. A Física newtoniana o impressionou, não apenas pelas suas implicações filosóficas, mas também pelo seu conteúdo científico. Comoveram-no igualmente as asserções leibnizianas, as quais criticaria no futuro. A fama de Kant como professor e escritor aumentou constantemente durante seus 15 anos como livre-docente. Cedo ele já lecionava sobre muitos assuntos, além de física e matemática, incluindo lógica, metafísica e filosofia moral. Até mesmo ensinou sobre fogos de artifício e fortificações e cada verão, por 30 anos, deu um curso popular sobre Geografia Física. Ele teve grande sucesso como professor: seu estilo, que di-

feria grandemente daquele de seus livros, era humorístico e vivo, vivificados por muitos exemplos de suas leituras em literatura inglesa e francesa, viagem e geografia, ciência e filosofia.

Embora as aulas e os trabalhos escritos nesses 15 anos como livre-docente estabeleceram sua reputação como um filósofo original, ele não recebeu uma cadeira na universidade até 1770, quando se tornou professor de Lógica e Metafísica, uma posição que manteve até 1797, continuando, nesses 27 anos, a atrair grande número de estudantes para Königsberg.

O ensino não-ortodoxo de religião de Kant, que era baseado no racionalismo mais que na revelação, colocaram-no em conflito com o governo da Prússia e, em 1792, ele foi proibido pelo rei Frederico Guilherme II de ensinar ou escrever sobre temas religiosos. Kant obedeceu a essa ordem por cinco anos, até a morte do rei e então se sentiu liberado dessa proibição. Em 1798, o ano que se seguiu à sua aposentadoria da universidade, ele publicou um resumo de seus pontos de vista religiosos.

Com pouco mais de 1,50 m de altura, com o peito deformado e sofrendo de saúde precária, Kant manteve através da sua vida um severo regime. Era um sistema cumprido com tal regularidade que as pessoas diziam poder acertar os relógios de acordo com sua caminhada diária ao longo da rua, que depois recebeu o nome, em sua homenagem, de “Caminhada do Filósofo”, até que a idade o impediu. Sabe-se que ele somente deixou de aparecer regularmente na ocasião em que o **Emile**, de Rousseau o fascinou tanto que ele ficou em casa por vários dias para poder lê-lo.

Após um declínio gradual, que foi muito doloroso para seus amigos, tanto quanto para ele próprio, Kant morreu em Königsberg, em 12 de fevereiro de 1804. Suas últimas palavras foram: “Isto é bom”. Segundo a revista **Der Spiegel**, 29-12-03, ele sofreu, no final da vida, de uma doença semelhante a Alzheimer e não conhecia mais os mais próximos dele.

A **Crítica da Razão pura** foi publicada em 1781 e a **Crítica da Razão prática**, em 1788.

A herança de Kant: A vinculação radical entre razão, liberdade e ética

Entrevista com Manfredo Araújo de Oliveira

Contribuindo com suas reflexões sobre a importância do pensamento de Kant, o professor Manfredo Araújo de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará, Departamento de Filosofia, concedeu ao **IHU On-Line** a entrevista que publicamos a seguir. Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza, obteve mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (PUG) Itália, com dissertação intitulada *A concupiscência na teologia de Karl Rahner*. cursou o doutorado em Filosofia na Universität München Ludwig Maximilian, na Alemanha, e sua tese teve o título *Subjetividade e mediação: estudos sobre o desenvolvimento do pensamento transcendental em Kant, E. Husserl e H. Wagner*. É autor de várias obras, entre elas **Diálogos entre razão e fé**. São Paulo: Paulinas, 2000; **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001; e **Para além da fragmentação**. São Paulo: Loyola, 2002.

IHU On-Line – Como Emmanuel Kant veria o momento pelo qual está passando a filosofia contemporânea?

Manfredo de Oliveira – Ele certamente veria como um momento que apresenta traços estruturais muito semelhantes a seu próprio tempo. Em primeiro lugar, trata-se de uma filosofia que levou adiante sua crítica às pretensões metafísicas de se articular como teoria do Absoluto e a partir do Absoluto. O pensamento contemporâneo aprofunda a idéia de que nossa consciência é finita,

que não é fundamento de si mesma, portanto, que é essencialmente contingente e limitada. Mas ele também estaria feliz de ver que neste contexto, a partir da reviravolta lingüística, se renova hoje, em alguns pensadores, a perspectiva nova que ele abriu para a filosofia: a da reflexão transcendental sobre os pressupostos irrecusáveis de nosso conhecimento finito.

IHU On-Line – A partir da concepção de ética de Kant, quais seriam apontados como principais problemas éticos da globalização?

Manfredo de Oliveira – Ele retomaria suas considerações de uma filosofia do “direito cosmopolita”, que trata das relações dos estados nacionais entre si. A questão subjacente para Kant é aqui a efetivação da paz. Assim como os estados nacionais garantem a paz internamente pelo estabelecimento do direito, também a paz global só pode ser garantida se pensarmos numa “república mundial”, isto é, no estabelecimento de normas jurídicas universais que possam reger, de forma racional, as relações dos estados entre si. Portanto, ele estaria muito bem situado nas discussões atuais sobre um estado universal, que emergiram a partir do novo contexto de um mundo que se globaliza.

IHU On-Line – Nos últimos dias, notícias sobre falta de ética na política têm lotado os jornais ao ponto de chegar a se perguntar se é possível a ética na política. O filósofo José Arthur Gianotti disse em recente arti-

go que é próprio do mundo da política uma certa zona de amoralidade e que é insensato exercer o poder beneficiando o inimigo. Como se relacionam em Kant ética, moral e política?

Manfredo de Oliveira – Kant distinguiu na esfera da razão prática diferentes dimensões de normatividade, ou diferentes níveis de legislação que, em última instância, dizem respeito às diversas esferas de realização do ser humano como ser livre. Isso significa que não existe dimensão da práxis humana que escape à normatividade. Aqui também vale o princípio: toda autoridade provém da razão. É, contudo, muito importante a distinção das “diversas esferas de normatividade” que não está presente na nossa discussão atual. É fundamental a distinção entre a legislação ética que tematiza a lei fundamental da liberdade interna e a legislação jurídica que diz respeito à lei fundamental da liberdade externa, na qual se situa propriamente a problemática da política. O princípio do direito formula a condição de coexistência de indivíduos livres, a condição de igual liberdade para todos. Assim, Kant define o direito como “a soma das condições sob as quais o arbítrio de um pode ser unificado com o arbítrio do outro segundo uma lei universal da liberdade”. O direito é o princípio da liberdade externa, o que pressupõe a idéia do ser humano como ser autônomo, portanto, como um ser que tem direito à liberdade. Este é o direito originário que compete ao ser humano na medida em que ele é ser humano. É a partir daqui que se pode entender as reflexões de Kant a respeito do direito político (sua preferência ética pelo Estado de Direito em virtude do tratamento igual a todos os cidadãos) e do direito internacional (a idéia da “república mundial”).

IHU On-Line – E a ética na economia? Como Emmanuel Kant avaliaria propostas como a Alca?

Manfredo de Oliveira – Como um filósofo universalista, Kant saudaria as tendências universalistas que hoje estão em curso na economia. Por outro lado, o universalismo não pode destruir a autonomia dos diferentes povos. Portanto, seu univer-

salismo diz respeito às condições de possibilidade da efetivação da liberdade na vida dos povos. Ele não aprovaria, pois, qualquer associação de povos, mas somente aquelas que pudessem conduzir a uma efetivação da liberdade.

IHU On-Line – Qual era a compreensão do filósofo a respeito de Deus e qual sua visão do cristianismo?

Manfredo de Oliveira – Também aqui Kant foi inovador. Ele não reconheceu qualquer prova da existência de Deus pela razão teórica: a análise do aparato cognitivo do ser humano demonstra que tais pretensões são pura ilusão. O acesso à realidade divina se faz por outro caminho: sua preocupação fundamental, no que diz respeito à religião, consistia em encontrar uma síntese entre, de um lado, os preceitos éticos e, de outro lado, a esperança na imortalidade e a fé em Deus. Portanto, o acesso que temos a Deus é de ordem moral: a dimensão moral do ser humano abre um caminho em que Deus certamente não é demonstrável, mas pode ser postulado. No fundo, Kant assume a concepção de Deus do Iluminismo moderno para quem Deus é o governante moral do mundo. O conceito de Deus é essencialmente um conceito moral e, como tal, Deus é pensado em distanciamento da revelação divina, das instituições religiosas, portanto, para além das fronteiras das diversas religiões e confissões. Ele emerge como o Deus que une todos os homens. Neste contexto de pensamento, a religião é essencialmente moral. Seu julgamento das religiões positivas se faz a partir deste horizonte moral. Daí sua profunda admiração pelo cristianismo.

IHU On-Line – Qual é a herança mais importante que o filósofo deixou à contemporaneidade?

Manfredo de Oliveira – Gostaria de sublinhar, sobretudo, suas grandes intuições na esfera da razão prática: Kant recusa claramente legitimar os critérios da ação humana em elementos que transcendam a autonomia do sujeito, como, por exemplo, a tradição, a vontade de Deus, a revelação, as necessidades humanas, etc. Em seu pensamento,

nenhuma pretensão de validade exterior é reconhecida: toda autoridade tem que se legitimar perante a razão. O que conta para a ética não são os sentimentos ou o sucesso da ação, mas as máximas da vontade humana e sua subordinação ao

imperativo categórico, a única instância que pode orientar a ação humana. Sua tentativa de vincular radicalmente razão, liberdade e ética é certamente a herança mais importante que ele deixou para a humanidade.

Kant: um investigador aberto a todas as possibilidades

Entrevista com Guido Antônio de Almeida

O professor Guido Antônio de Almeida, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é também estudioso e pesquisador de Kant. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Filosofia pela Fordham University, Estados Unidos, o professor Guido doutorou-se em Filosofia pela Universität Freiburg (Albert-Ludwigs), em Freiburg, na Alemanha. Ele obteve seu pós-doutorado pela Freie Universität Berlin, em Berlim, na Alemanha. É autor de **Enunciados de Valor**. Rio de Janeiro: Cadernos Edipuc, 1979 e organizador, ao lado de R. F. Landim Filho, de **Filosofia da Linguagem e Lógica**. São Paulo: Loyola, 1981.

IHU On-Line – Qual o significado mais importante do bicentenário da morte de Kant para o senhor?

Guido de Almeida – O que se comemora neste bicentenário não é apenas uma figura do passado que teria sido muito importante na época, mas conservaria apenas um interesse histórico. O que nós comemoramos, no caso de Kant, é o pensamento de um filósofo que permanece vivo, atual. De um modo geral, isso pode ser dito de todos os clássicos da Filosofia, como Platão, Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Spinoza, Hegel. São considerados clássicos, porque o que eles dizem ainda tem interesse para nós. No caso de Kant, especialmente, isso é mais válido do que nunca. Kant refletiu sobre todos os temas importantes da Filosofia, o conhecimento e a ciência, a moral e a busca da felicidade, a experiência estéti-

ca e a arte. Sobre tudo isso, elaborou conceitos e idéias que merecem ser levados em conta e ainda servem de ponto de partida, ou pelo menos de ponto de referência, para qualquer discussão desses temas. O que se comemora, pois, no ano do bicentenário da morte de Kant, é a atualidade do seu pensamento, o fato de que o seu pensamento continua vivo. Talvez se possa dizer que, entre os pensadores do passado, ele é um dos mais importantes, senão o mais importante. Com efeito, uma parte enorme da vastíssima produção filosófica no mundo atual é dedicada ao aprofundamento de temas kantianos ou envolve a discussão desses temas.

IHU On-Line – O que os conceitos kantianos de liberdade e moralidade poderiam interpelar à sociedade contemporânea?

Guido de Almeida – Uma característica importante da sociedade contemporânea é o papel que a ciência desempenha em todos os setores da sua vida. Para, praticamente, tudo, em nossa vida, podemos buscar um especialista que nos ajude a tomar uma ou outra decisão. Não há nada de mal nisso, mas com essa importância crescente, essa presença avassaladora da ciência na sociedade contemporânea, vai também uma certa ideologia positivista, que pretende ver, na ciência, o único padrão possível, não apenas do conhecimento, mas do saber em geral. No entanto, uma das coisas importantes que Kant mostrou é que nós pensamos as nossas ações e as nossas decisões com base em princípios que são radicalmente diferentes dos princípios do conhecimento e da ciência da natureza; numa palavra, que o nosso saber

prático se fundamenta em princípios e suposições que são essencialmente diversos daqueles em que se alicerça a investigação científica da natureza. Assim, enquanto as explicações científicas se baseiam num conceito da causalidade natural que implica o determinismo de tudo o que acontece, não podemos deixar de pensar nossas ações como livres, na medida em que fazemos juízos morais sobre elas. Para tornar isso claro, pense, por exemplo, no seguinte: se um relógio marca corretamente a hora, podemos elogiar a sua marca e o seu produtor, e se ele atrasa, podemos censurá-lo, mas não tem sentido elogiar ou censurar o funcionamento do relógio, uma vez que ele não pode fazer de outra maneira: o que ele faz é determinado por seu mecanismo. Ao contrário, se elogiamos ou censuramos as nossas ações, se as avaliamos de um ponto de vista moral, é porque, e só porque, supomos que elas dependem de nós e somos livres para fazê-las ou deixar de fazê-las. Assim, pensar as nossas ações como livres é pensá-las de um ponto de vista que é radicalmente distinto da ciência da natureza. Por isso, o positivismo, que é a idéia de que a ciência é a única possibilidade, não só do conhecimento da natureza, mas de todo saber, é incompatível com essa visão das nossas ações e com o próprio conceito da moralidade. Kant insistiu sobre isso como um ponto fundamental da compreensão que o ser humano tem de si mesmo. O uso dizer que sua concepção da ação e da moralidade é, mais do que nunca, atual no mundo contemporâneo, onde a importância da ciência serve de aval para uma ideologia positivista.

IHU On-Line – Não é novidade a falta de ética na política. Nestes dias, o tema está especialmente em pauta e, ao ser constatada falta de ética no PT (talvez onde menos se esperava), chega-se a formular a pergunta: “É possível ética na política?” Como o senhor responderia a essa questão, iluminado por Kant?

Guido de Almeida – Sobre ética e política, Kant disse duas coisas importantes que precisam ser pensadas para que tenhamos idéia de onde situar exatamente o que se chama de uma crise da eti-

cidade na política, na política em geral e na política brasileira em particular. A primeira é que a base da política tem que ser o direito e a base do direito tem de ser a moral, porque só isso pode conferir legitimidade a ela. Com efeito, o que distingue a política da arbitrariedade e da força é a conformidade a leis aceitas, e o que dá legitimidade às leis é a presunção de que elas emanam, direta ou indiretamente, da vontade de todos. Ora, a exigência de agir com base em princípios que se possam tomar como leis válidas para todos nada mais é do que a exigência moral. Assim, é preciso que as regras da vida política possam ser reconduzidas a uma exigência moral, para que elas possam ser aceitas como legítimas. Uma segunda idéia importante de Kant é que, no domínio do direito e da política, a única coisa que podemos esperar e exigir, é o que ele chama de “legalidade”, isto é, a conformidade externa a esses princípios morais, que constituem, no entanto, a base do direito e da política, por oposição à moralidade, isto é, a conformidade interna à lei moral por respeito à lei moral. Mas então, se o que está em questão na vida política é unicamente a conformidade externa a princípios morais, o que pode entrar em crise nela não é a moralidade como tal. Da moralidade, como tal, podemos dizer duas coisas diversas, e apenas, na aparência, contraditórias, a saber, que, em certo sentido, ela nunca está em crise e que, em outro sentido, ela está sempre em crise. Ela nunca está em crise, porque está claro para todos em que consiste o ponto de vista moral, qual seja, a exigência de fazer um uso da nossa liberdade, na tentativa de realizar os fins a que nos propomos, que seja compatível com o uso pelos demais de sua liberdade na tentativa de realizar seus próprios fins. Em outro sentido, ela está sempre em crise em cada um de nós, na medida em que depende de uma decisão pessoal, que deve ser sempre renovada e sobre a qual, segundo Kant, nunca podemos ter inteira certeza, visto que podemos sempre nos enganar sobre as nossas verdadeiras motivações e acreditar que agimos moralmente, quando, na verdade, nos conformamos com as leis morais por interesse ou cálculo egoísta. Em suma, se alguma coisa está em crise na vida política, não é a moralidade como tal, visto que o

que se espera na convivência com os demais não é a rigor da moralidade, mas a mera conformidade externa a exigências morais.

IHU On-Line – Então, o que está em crise na política brasileira?

Guido de Almeida – Embora Kant não tenha usado este termo neste sentido, eu diria que é a eticidade no sentido amplo da palavra, não a moralidade em sentido próprio, que é algo subjetivo e individual, mas a conformidade externa dos nossos atos, exigências da moralidade, não importa o motivo que tenhamos para isso. É porque não sabemos punir, não apenas pela aplicação das leis jurídicas, mas também com sanções sociais, a saber, a desaprovação, nem recompensar, que a eticidade, a conformidade e a moralidade estão em crise na política brasileira. Kant ensinou isto: cada um cuida da sua moralidade e, da conformidade externa, nós temos que cuidar. Porque não soubemos cuidar disso, a ética na política se tornou um problema tão grave.

IHU On-Line – Em que sentido o autor poderia iluminar o cristianismo e as religiões no geral?

Guido de Almeida – Conheço superficialmente a filosofia da religião kantiana. Kant incorporou, na sua teoria moral, muitos conceitos importantes que têm a sua origem no cristianismo, por exemplo, o de boa vontade. Na verdade, é um conceito histórico, mas que está presente desde o Novo Testamento, porque seus autores conheciam a filosofia grega. Este é um conceito importante, um conceito básico, essa idéia de que agir é moralmente ter boa vontade, e ter boa vontade é agir por dever, e não por interesse nas conseqüências da ação, essa idéia é fundamentalmente cristã. O que interessa é a intenção, a pureza do coração. Essa é uma das idéias centrais da ética cristã e que está presente na ética kantiana. Outro conceito importante que ele utilizou, também para formular a idéia de algumas formas do princípio moral, é que o princípio moral tem várias fontes. Uma delas já citei: agir de tal maneira que a máxima da ação possa ser querida como uma lei por todos os demais. Ele tem uma outra fórmula: agir de tal

maneira que possa querer que seja por essas ações um membro de um reino do ser, um membro de uma sociedade, uma comunidade onde se legisla com os demais para todos. Essa idéia de um reino do ser é de origem cristã, a idéia do reino de Deus, que Kant reformulou, para elaborar sua idéia de uma comunidade moral, onde todos fazem, com base em máximas aceitas pelos demais, regras universais, portanto de tal maneira que todos contribuam por sua ação para a felicidade de todos. Nós sabemos que isso não ocorre de fato. Jamais podemos esperar que nos tornemos coletivamente felizes, porque agimos moralmente, é o contrário do que nós esperamos. Mas, como nós não podemos deixar de esperar sermos felizes, sob a condição da moralidade, nós temos que esperar que isso seja possível de alguma maneira, senão não faria sentido agir. A exigência moral é que cada um procure a sua felicidade, mas respeitando o direito dos outros de serem felizes também. Esse é o ponto de vista universal da moralidade. Nós não podemos querer isso, sem a expectativa de sermos felizes. Isso não é garantido pela natureza. Nós somos, necessariamente, levados a postular a existência de Deus e a esperar uma vida futura, e a existência de Deus como condição dessa expectativa de ser feliz, agindo moralmente. Isso faz parte também da teoria moral kantiana. Por isso Kant pôde apresentar a sua teoria moral como o núcleo racional e moral de toda a religião. As religiões se diferenciam por crenças em fatos históricos, pela diversidade dos cultos, etc. Para mim, a importância de Kant, como filósofo da religião, foi precisamente esta: ter destacado esse núcleo moral das religiões em geral, núcleo que o cristianismo tem em comum com outras religiões e que talvez tenha apresentado de uma maneira mais pura que outras religiões.

IHU On-Line – Qual o legado de Kant que a universidade mais deveria aproveitar?

Guido de Almeida – O que eu mais valorizo em Kant é o fato de ele se apresentar como um pensador crítico, não-dogmático, o que compreendeu sempre como um pesquisador, como um investigador. Ele não é um filósofo que parte de uma idéia pré-concebida, de uma tese a demonstrar,

uma hipótese a corroborar. Ele é precisamente um investigador. Ele está aberto a todas as possibilidades. Ele não formula as suas questões, de tal maneira que a elaboração implique uma resposta ou torne impossível certas respostas. É essa mentalidade aberta de Kant como investigador que devemos cultivar. Kant e Aristóteles formularam os dois sistemas filosóficos mais impressionantes da história da Filosofia, Kant, entretanto, não pretendeu ensinar Filosofia. Isso ele diz expressamente em sua obra mais importante, **A crítica da razão pura**. Filosofia não é algo que se pode ensinar. O que se pode ensinar é a filosofar. Isso para Kant, em última análise, é aclarar os conceitos dados, o domínio do conhecimento, da moral, da estética e da arte, procurando clareza sobre eles e sobre as razões que nós temos para adotar esses conceitos, e não os outros. Isso é o que o acadêmico deve mais prezar do legado kantiano.

Só é legítima a política, na medida em que ela não é apenas um exercício do poder arbitrário, ela requer legitimidade. Qualquer base de legitimação é política. É a exigência de que todas as decisões políticas, por exemplo, a formulação de legislação, tem que se basear no princípio da igualdade, segundo o qual só são legítimas as decisões que nós tomamos e que envolvem outras pessoas, as leis que nós formulamos para outras pessoas, se elas podem ser aceitas por todos. Nesse sentido, a política tem que ter uma base moral, porque só ela pode conferir legitimidade à política. Esse foi o ponto, a meu ver, mais importante da teoria do princípio do direito e da vida política regrada segundo o Direito. Então é o mesmo princípio da moralidade, o qual ele chamou de imperativo categórico, que diz que só devemos agir com base em máximas, em regras, que possam ser adotadas pelos demais. Esse é o princípio da igualdade entre os indivíduos, do respeito a todos os demais como iguais.

A pergunta de Kant ao PT:
“Estamos construindo instituições em que soberanias
populares estão articuladas com os direitos humanos?”

Entrevista com Ricardo Terra

Ricardo Terra é professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). É graduado, doutor e livre-docente em Filosofia pela USP. Seu pós-doutorado foi realizado na Universidade de Frankfurt, Alemanha. É autor de ***A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant***. São Paulo: Iluminuras, 1995; ***Passagens Estudos sobre a filosofia de Kant***. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003; ***Kant e o Direito***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. Organizou as obras ***Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, de E. Kant***. São Paulo: Martins Fontes, 2004 e ***Dois introduções à Crítica do Juízo, de E. Kant***. São Paulo: Iluminuras, 1995. A seguir, a entrevista que concedeu ao ***IHU On-Line*** sobre a importância da filosofia de Kant.

IHU On-Line – Qual seria o principal legado de Kant?

Ricardo Terra – O legado de Kant é muito amplo. Na história da Filosofia, existem poucos filósofos que podem se comparar a ele nesse aspecto. Aristóteles também tem essa virtude. No caso de Kant, o legado é enorme. Na ***Crítica da razão pura***, encontram-se questões vinculadas tanto à crítica da metafísica como à análise das condições de possibilidades da ciência do tempo dele, que é a física de Newton. Na ***Crítica da razão prática***, há uma ampliação e radicalização da autofundação da moral. Kant elabora uma filosofia moral independente da religião e separada da ciência e da

estética. E, na terceira crítica, que é a ***Crítica do juízo***, ele ainda abre a possibilidade de se pensar o juízo estético, independente da religião, independente da ciência e da ética. A amplitude do legado kantiano pode ser avaliada pelas três críticas. Para dar apenas um exemplo: A razão prática que possibilita a fundamentação da moral também leva a uma fundamentação do Direito, o que tem uma relevância enorme. Além de pensar a fundamentação do direito privado e do direito público, no direito internacional Kant foi tão longe que podemos considerá-lo como precursor de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU). Seu legado vai desde condições de possibilidade para se pensar a física de Newton, ou realizar uma revolução na maneira de considerar a metafísica, até no plano político, repensar as relações internacionais. O legado tem muitas perspectivas, tanto no plano da compreensão da ciência, da ética, da moral, do direito como na do próprio juízo estético.

IHU On-Line – Nessa moral autofundada, ele muda a concepção de Deus de sua época?

Ricardo Terra – Há vários aspectos importantes na concepção kantiana de Deus. Kant escreveu um livro que tem o título ***Religião nos limites da simples razão***. Nesse livro, elabora uma concepção ético-religiosa em que interpreta a própria escritura, mas do ponto de vista da razão, isto é, da religião nos limites da simples razão. A grande mudança que tem Kant em relação à religião ou

em relação a Deus, é que ele acha impossível demonstrar a existência de Deus. Isso faz uma diferença enorme, tendo-se em conta a metafísica anterior, em que a prova da existência de Deus era fundamental até para a fundamentação do campo do conhecimento, se pensarmos, por exemplo, em Descartes. Para Kant, o fundamental do conhecimento no próprio sujeito, não depende de Deus. Não há uma prova da existência de Deus, mas isso não significa que não se acredita em Deus. Não há uma prova racional da existência de Deus, mas fica aberta a possibilidade para uma fé racional. Também não se pode provar que Deus não existe. Há uma limitação do que é o conhecimento, e essa limitação abre possibilidade para afirmar Deus de outra maneira, que não seja teórica.

IHU On-Line – Duzentos anos após a morte de Kant, quais as principais limitações dele que o senhor assinalaria?

Ricardo Terra – Apesar de ser um crítico da metafísica, Kant ainda tem todo um lado metafísico com a manutenção da noção da coisa em si. De outro lado, ele está limitado à ciência de seu tempo. A epistemologia de Kant está no horizonte da física de Newton, o que apresenta uma limitação, se levamos em conta a teoria da relatividade ou a física quântica. É claro que há uma certa limitação histórica no pensamento de Kant. Mesmo assim, o legado é grande, porque a maneira como Kant trabalha Newton pode ser repensada hoje para refletir a física contemporânea. Temos vários neokantismos que tentam repensá-la. Uma parte do legado fundamental é encontrada no ponto de vista político e jurídico. Há autores, como John Rawls e Jürgen Habermas, que, de uma forma ou de outra, desenvolveram a ética e o direito kantianos. Apesar da limitação da filosofia do sujeito kantiano, a inspiração kantiana se desdobra de outras maneiras.

IHU On-Line – Em uma cultura de guerra na qual vivemos, com tanta violência terrorista e “antiterrorista”, como o conceito de paz kantiano poderia iluminar nossa sociedade contemporânea?

Ricardo Terra – Em muito. Além do legado das três críticas, o legado do pensamento político-jurídico kantiano é fundamental, porque Kant insiste o tempo todo no espaço público, na discussão no espaço público. Nesse sentido, há uma resistência contra todos os fundamentalismos. A postura kantiana é de abertura para as discussões públicas, e não para a violência pública. Kant quer articular os direitos liberais com os democráticos. Ele, o tempo todo, está querendo relacionar direitos humanos e soberania popular. Esse é o elemento fundamental do seu pensamento político. O filósofo contemporâneo alemão Jürgen Habermas diz que há uma co-originalidade entre direitos humanos e soberania popular em Kant. A soberania popular é fundamental, mas também os direitos humanos são fundamentais. A soberania popular, junto com os direitos humanos, deveria reger não só a política interna de cada país, mas também, em última instância, a política externa. Podemos encontrar muitos elementos na filosofia kantiana contra a política como violência ou como terrorismo, ou como antiterrorismo violento. A perspectiva de paz de Kant não é uma mera perspectiva utópica. A paz para ele se constrói com o Direito. A condição da paz é o estado de direito, é a soberania popular e direitos humanos juntos. Diante do horror que estamos vivendo nesses dias, pensar a noção de direitos humanos junto com a soberania popular é uma maneira de enfrentar essa situação e tentar construir instituições tanto nacionais quanto internacionais em que se tenha mais justiça e menos fundamentalismos. A tolerância deveria se transformar em instituições jurídicas que garantam tanto a soberania popular quanto os direitos humanos.

IHU On-Line – O que a filosofia de Kant poderia dizer sobre ética na política brasileira?

Ricardo Terra – Kant diz que a ação política não pode ir contra a moral. Por outro lado, é evidente que não podemos confundir política com ética individual. Devemos pensar que instituições políticas estejam garantindo o estado de direito. Existem problemas de falta de ética de indivíduos, mas o importante seria haver instituições que cuidam disso. Não podemos tirar toda a atenção da políti-

ca por causa da falta de ética de certos agentes. O importante é criar estruturas que possam punir essa falta de ética. Estamos construindo ou não instituições em que a soberania popular está articulada com os direitos humanos? Esta é a questão fundamental. Será que os governantes estão conseguindo articular a soberania popular com os direitos humanos? Está havendo uma ampliação de direitos sociais ou não? Esta questão tem uma dimensão ética que diz respeito a garantir direitos sociais. Problema muito maior do que a falta de ética de alguns membros do partido, o que não se esperava que acontecesse, é se o PT está conseguindo articular a soberania popular e os direitos humanos, ou seja, há políticas que estão ampliando os direitos sociais e, ao mesmo tempo, garantindo direitos individuais? O susto maior está aí: não tanto em descobrir que existem pessoas corruptas. Isso sempre existiu e vai existir em todos os partidos. A integridade ética maior será se ele está cumprindo ou não essa dimensão de articulação de direitos sociais e a soberania popular. O problema do partido é muito mais esse, a falha está muito mais nesse aspecto do que em ter elementos corruptos, o que todos os partidos têm. É claro que os corruptos precisam ser investigados e punidos.

IHU On-Line – Há três semanas, a matéria de capa de nosso boletim foi o papel da universidade na sociedade. Qual seria o legado mais importante de Kant que a universidade deveria assumir?

Ricardo Terra – É difícil dizer o que Kant pensaria da universidade. Ele refletiu sobre universidade, mas principalmente sobre a independência das faculdades. Na época dele, havia conflitos muito grandes entre as Faculdades de Filosofia e Teologia, e havia censura da Faculdade de Teologia em relação à de Filosofia. No pensamento kantiano, a universidade é o lugar privilegiado do espaço público e da discussão sem coerção, sem censura. A universidade é onde deveria ser possível um desenvolver da ciência das artes e do pensamento livre. Por excelência, a universidade precisa ser o elemento criativo do pensamento crítico. No tempo do go-

verno de Frederico II, havia liberdade de pensamento na Prússia. Já no fim da vida, Kant teve problemas com a censura. É fundamental o âmbito da liberdade do pensamento no espaço público. É fundamental que se possa publicar e discutir sobre todos os assuntos. A universidade é um importante berço da criação de ciência, de cultura, de arte.

IHU On-Line – Quais seriam as características básicas, e que, de repente, foram inovadoras em seu tempo, da concepção kantiana de pessoa humana e de sociedade?

Ricardo Terra – É uma ampla pergunta. Vou simplificar muito. A noção de dignidade da pessoa é um elemento fundamental para Kant. O interessante é que a dignidade da pessoa está vinculada com a noção de autonomia, aí é que está o grande alcance da filosofia kantiana. O homem é digno, porque ele faz leis para ele mesmo. Essa noção de autonomia é fundamental, tanto no plano da ética quanto no plano político e jurídico. Nós obedecemos a leis que nós, como racionais, estamos elaborando. Kant tem uma ética que não depende de elementos empíricos nem depende de Deus. Os homens têm que seguir leis que estão fazendo para eles mesmos. No plano da relação interpessoal, isso leva a que o homem não possa ser considerado apenas como meio para outro homem. O homem tem sempre fim em si mesmo. Aí existe uma crítica à exploração do homem por outro, já que, pela dignidade, ele precisa sempre ser tomado como fim, e não apenas como meio. No plano político, Kant pensa a noção de autonomia: a noção de soberania popular. O povo tem que obedecer às leis que ele está elaborando para ele mesmo. Só que, como a noção de dignidade é forte em Kant, ele tem que articular a noção de soberania popular à noção de direitos humanos. Uma determinada maioria conjuntural não pode ir contra a dignidade da minoria. A articulação de direitos humanos com soberania popular torna possível uma noção de pessoa que garante a sua dignidade, participando de uma sociedade em que há a soberania popular. Tanto no plano de vista ético quanto político-jurídico a autonomia e a dignidade são fundamentais.

IHU On-Line – Com base nessa concepção de autonomia da pessoa humana de Kant, há 200 anos, que consciência ele poderia ter em relação à mulher?

Ricardo Terra – Este é um ponto bem complicado. Antes, em suas questões, uma dizia respeito aos limites do pensamento de Kant. Ora, aqui voltamos a um limite. Apesar de Kant colocar toda a autonomia moral e ética e reconhecer a dignidade da mulher, há uma limitação histórica em relação à participação da mulher na política. Preso às concepções da Prússia de seu tempo, ele não defende o direito da mulher de votar. Este é um limite histórico que, inclusive, contradiz, em certo sentido,

o espírito de toda a filosofia dele. Ele, que fala tanto da dignidade e da autonomia ética da mulher, acaba não encontrando essa autonomia política da mulher na vida social. Mas é bom lembrar que, mesmo na Constituição de 1791, da Revolução Francesa, a mulher não tinha direito ao voto, que é também o limite dos próprios constituintes. Tanto na Revolução Francesa como na filosofia de Kant, encontramos uma ambigüidade. Embora Kant, no plano ético, trate da dignidade e da autonomia da mulher; no plano político, ele não consegue ir além do seu tempo. O grande filósofo da dignidade e da autonomia acabou tendo esse limite em relação aos direitos da mulher.

Uma ética motivada pelo desejo de realização da humanidade

Entrevista com Valério Rohden

Valério Rohden é professor titular de Filosofia na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), ex-professor titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisador do CNPq e presidente da Sociedade Kant Brasileira. Traduziu, de Kant, a ***Crítica da razão pura*** (Abril Cultural, 1981), a ***Crítica da faculdade do juízo*** (Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1992 / Forense Universitária, RJ, 1993) e a ***Crítica da razão prática*** (Martins Fontes, 2002, edição bilíngüe 2003). É livre docente pela UFRGS e pós-doutor pela Wilhelms Universität Münster, na Alemanha. É autor de ***Interesse da Razão e Liberdade***. São Paulo: Ática, 1981.

IHU On-Line – Qual é o significado mais importante para o senhor do bicentenário da morte de Kant?

Valério Rohden – Emmanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo que não saiu de sua cidade, que mantinha uma atividade social diária, que realizava exercícios físicos regulares e participava da política universitária. Foi duas vezes reitor, lecionava, escrevia, citando poucos autores; seus conhecimentos, entre teológicos, científicos, filosóficos, artísticos e comuns, estendiam-se a quase todos os domínios da teoria e da prática humana; elaborou uma ética exigente, mas acessível ao homem comum e finito; investigou terremotos, os ventos, o fogo, o céu – “o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim” –; suas teorias, especialmente seu pensamento filosófico, foram de uma perspicácia tal, que ele ainda hoje – parece que com uma força crescente – move-nos a conhecer e pensar. Ele equipara-se a qualquer gênio da filosofia grega.

Por isso, comemorar os 200 anos de sua morte significa celebrar o seu gênio, com suas contribuições inesgotáveis à nossa atividade filosófica, ao nosso espírito crítico em qualquer âmbito, mas significa, sobretudo, homenagear sua grandeza, da qual ainda hoje aprendemos a viver. Tanto mais fecundamente pensaremos nossos problemas atuais e procederemos bem, quanto mais intensamente nos aproximarmos dele, com o mesmo espírito livre com que ele pensou e viveu.

IHU On-Line – Como vê a questão de Deus em Kant? Qual seria o projeto kantiano perante a física contemporânea?

Valério Rohden – Kant pensou Deus de maneira renovada, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático. Ele contestou, na ***Crítica da razão pura***, o pensamento especulativo e dogmático da tradição racionalista, que presumia conhecer Deus com simples conceitos formais. Para ele, o problema de Deus era metafisicamente ineludível, como os problemas da alma, do mundo e do ser. Sua prova prática da existência de Deus foi desenvolvida na seção sobre o sumo-bem moral, da ***Crítica da razão prática***, segundo a qual o homem não poderá realizar-se em sua finitude, que envolve uma conexão sintética entre moralidade e felicidade e que só Deus pode assegurar, se ele ao mesmo tempo não existir. Logo, Deus existe: trata-se de um postulado prático. Quanto à sua contribuição para a física contemporânea, fiquemos com sua fundamentação apriorística da possibilidade da experiência, resolvendo o problema de Hume.

IHU On-Line – O que é para o autor o encontro ético e estético com o outro?

Valério Rohden – Em todos os âmbitos, teóricos, práticos e estéticos, Kant pensou essas atividades articuladamente, mais precisamente, mediante uma articulação de faculdades (por exemplo, na teoria: “O nosso conhecimento brota de duas fontes principais do ânimo/*Gemüt...*”). tratava-se de conhecimentos válidos universalmente. Na prática, sua teoria moral inclui uma motivação que supõe a articulação de razão e da sensibilidade: trata-se de uma ética motivada pelo desejo de realização da idéia de humanidade. Na estética, também inspirada moral e cognitivamente (como condições *sine qua non* da mesma), apesar de cada esfera ser pensada em sua rigorosa especificidade, a sua teoria estética desenvolve uma concepção de juízo que se exerce sempre do ponto de vista do outro: é uma teoria da livre comunicabilidade do prazer. Trata-se aí da mais elevada forma kantiana de epicurismo.

IHU On-Line – De que forma Kant entende a moral sem Deus?

Valério Rohden – Já vimos que a moral não se realiza sem Deus. Mas se trata de uma ética autônoma e racional, que, segundo a indireta sugestão de Tugendhat, poderia incluir Deus, já que Deus não nos impõe nada autoritariamente, pois o que Ele faz, obviamente, é bom, o que significa que é algo que qualquer um também poderia autonomamente querer.

IHU On-Line – Qual o legado de Kant que a universidade mais deveria aproveitar?

Valério Rohden – Inspirados nos textos *O que é Esclarecimento e Disputa das faculdades*, poderíamos dizer que a universidade é o lugar por excelência tanto da produção do conhecimento quanto da promoção da maioria humana. Em relação a elas, o homem e a universidade são autônomos, aquele, capaz de pensar por si próprio e escolher fundamentamente uma forma elevada de vida, esta, pela sua autonomia, capaz de determinar-se, em plena liberdade, apontando à sociedade e à política os rumos para o que considera justo, verdadeiro e bom.

IHU On-Line – De que forma a ética kantiana manifesta uma dimensão social e comunitária? Qual a atualidade desses conceitos?

Valério Rohden – A filosofia moral de Kant é uma ética do indivíduo responsável perante todos os outros. O que nela está em jogo é o amor de cada um pelos outros na mesma medida do seu amor a si mesmo. Seu objeto é a humanidade. A teoria ética kantiana é, mediante conceitos, como autonomia, universalidade e justificação racional, a base indispensável do pensamento ético contemporâneo.

IHU On-Line – O que o grande filósofo dos direitos humanos, da igualdade perante a lei, da cidadania mundial, da paz universal e, acima de tudo, da emancipação da razão, poderia dizer à sociedade global contemporânea?

Valério Rohden – Com seu cosmopolitismo realista e crítico, de cunho político e moral – a ponto de ele dizer que, se a humanidade não se dispuser a dar este último passo, todos os passos anteriores não terão valido a pena – Kant viu, no direito e no comércio internacionais, meios seguros nesse caminho para uma união democrática de países em favor de um progresso pacífico, não isento de conflitos, mas solúveis sem o recurso à guerra. Como os homens, infelizmente, aprendem a viver melhor através dos males com que se autoflagelam e se autodestroem, assim a razão, unida à natureza, serve-se desse ardil para nos fazer crer que jamais precisamos perder a esperança de um futuro mais humano para todos. Precisamos do realismo crítico e da ampliação de vista do pensamento de Kant para não desesperar e continuar acreditando no futuro.

IHU On-Line – De que forma, no Brasil, está sendo celebrado o bicentenário da morte do filósofo?

Valério Rohden – Nós conseguimos trazer para o Brasil o *X Internationalen Kant-Kongress / 10th International Kant Congress / X Congresso Kant Internacional*, a realizar-se na Universidade de São Paulo, entre 04 e 09 de setembro de 2005. O que prova o reconhecimento internacional de nosso crescimento filosófico e nos propicia a maior oportunidade que jamais tivemos de dar passos ainda mais decisivos nessa direção. Convidamos a todos os que se interessam pela filosofia de Kant a comparecerem a esse grande evento.

Lógica e Metafísica em Kant e Nietzsche

Entrevista com Rogério Vaz Trapp

Rogério Vaz Trapp é licenciado e mestre em Filosofia pela Unisinos com dissertação intitulada *A base ontológica da autonomia em Kant e Nietzsche*. Rogério participou como bolsista de Iniciação Científica Fapergs, no projeto *Da Negatividade: a construção lógica e o lugar histórico dos temas negativos na filosofia de Theodor Adorno e Walter Benjamin*. Este projeto centra-se na consideração de que a história possível da negatividade e do negativo em filosofia está entremesclada à própria história da metafísica com a qual a filosofia, durante muito tempo, se viu confundida.

IHU On-Line – Qual é a relevância da coerência entre a teoria, a prática e a lógica no pensamento kantiano?

Rogério Vaz Trapp – Se compreendermos por coerência a qualidade de um raciocínio de não apresentar sinal algum de contradição, então posso afirmar que a importância dela é, antes de tudo, fundamental para o próprio sistema kantiano, na medida em que os princípios da lógica configuram e estruturam os princípios tanto de sua filosofia teórica quanto de sua filosofia prática. Com isso quero dizer que a própria possibilidade do edifício kantiano sustenta-se sobre a necessidade da correção formal. Em segundo lugar, a coerência entre aquelas três instâncias também é de suma importância para Kant, porque o sujeito, como sujeito transcendental, condição de possibilidade do idealismo transcendental, que raciocina e age discursivamente, só o pode fazer mediante a estrutura dos princípios lógico-formais, motivo pelo qual a coerência entre elas é garantia

não só de um raciocínio correto como também de uma ação moralmente boa. Portanto, exatamente por haver uma convergência, em Kant, entre a estrutura dos princípios teóricos, práticos e lógico-formais é que a sua coerência acaba por revelar-se como a própria condição de possibilidade da validade e legitimidade da filosofia transcendental.

IHU On-Line – Quais as relações mais importantes que você estabelece na dissertação entre Kant e Nietzsche?

Rogério Vaz Trapp – Eu diria que uma das relações que julgo ser mais importante seria a de reunir Kant e Nietzsche sob um viés comum de compreensão. Nesse sentido, a investigação não pretendeu realizar um esforço crítico, como já é costumeiro no meio filosófico, mas elaborar a preocupação desses pensadores com um tema em comum: a relação entre lógica e metafísica. Assim, diria que o viés de compreensão, segundo o qual a lógica ocupa o papel de estrutura metafísico-discursiva para ambos os pensadores, ainda que valorizada diferentemente por eles, é o tema central de minha pesquisa. Depois, estender a reflexão sobre a metafísica até o tema da autonomia, na filosofia prática, é outra relação importante que desenvolvi, pois pretendi ter exposto as bases ontológicas do sujeito auto-afirmativo moderno tal como as encontramos nesses dois autores e, ainda que por vieses diferentes, conforme compreendemos, que se constituem como o cume mais elevado da filosofia de ambos os pensadores. Portanto, as relações que estabeleci em minha dissertação, e que julgo serem mais importantes,

envolvem a lógica, a metafísica, a ética, a epistemologia e a antropologia.

IHU On-Line – Em que aspectos o pensamento kantiano pode iluminar nossa época contemporânea?

Rogério Vaz Trapp – Iluminar é um ótimo termo para usarmos com relação a um representante da *Aufklärung*! Após a euforia hegeliana, um certo retorno a Kant foi inevitável. Com isso, podemos dizer que o intento crítico kantiano permanece ainda no cerne filosófico da reflexão atual. Assim, não só nossa época é profundamente kantiana como também não podemos compreender filósofos, como Nietzsche, Husserl, Heidegger, Apel, Habermas ou Rawls sem passarmos por Kant. A tão extensa influência de Kant sobre a posteridade talvez se deixe melhor compreender pela fecundi-

dade do pensamento desse filósofo. Com efeito, seja pela sua reflexão epistemológica, seja pelas questões propriamente metafísicas, seja pela sua filosofia prática, com sua concepção de lei moral e de autonomia prática, seja pela sua estética e sua teleologia, seja pela sua reflexão sobre a finalidade da sociedade e a esperança depositada em uma “paz perpétua”, Kant está profundamente presente na contemporaneidade por não ter extinguido esses temas, legando tanto uma grande quantidade de problemas para os pensadores posteriores, quanto gigantescas tentativas de solução a esses mesmos problemas. Portanto, Kant hoje é de suma importância não só para compreendermos a posição essencialmente crítica que o Iluminismo nos legou, mas também para compreendermos tudo que perdemos junto com o combustível que o Iluminismo teve que “queimar” para alimentar sua chama “esclarecedora”.

Kant entre os sentimentos, a razão e a barbárie

Por Adriano Naves de Brito

Adriano Naves de Brito é doutor em filosofia pela UFRGS/Universitaet Bielefeld-RFA, 1998. Professor do PPG em Filosofia da Unisinos e professor visitante no doutorado de Ciências Ambientais da UFG, organizador, entre outros, de **Ética, questões de fundamentação**, Brasília: UnB, 2004.

Obrigações morais são para nós um incômodo. Mesmo que – já a elas habituados – possamos agir sem as perceber como regras constrangedoras da vontade, basta uma leve mudança em nossos interesses para que nos voltemos a sentir desconfortáveis sob seu jugo. Pesa-nos, então, sobre os ombros como nunca, aquilo para o que nossa vontade se inclina. Estamos sob o império da vontade e sua natureza é querer, querer e querer. Nietzsche, em sua **Genealogia da Moral**, é rascante: “prefere o homem querer o nada ao não querer.”

Contra a litania pessimista e corrosiva dos detratores da natureza humana volitiva, gostamos de cavar uma trincheira que nos defenda a dignidade ameaçada. Sim, as obrigações nos molestam, mas também não nos aflige a nossa vontade contra elas? E, portanto, não haveria nos vastos domínios do querer um terreno pedregoso em que pudéssemos enterrar os fundamentos do dever? Que conforto poder apoiar em sólidas estruturas a força que obrigaria o querer! Que alívio ter bons motivos para aplacar o querer, para *querer* submeter-se!

Não há, está claro, como evadir-se da vontade. Kant, cuja filosofia nunca foi ingênua com respeito à natureza da vontade humana, ergueu sobre ela mesma – a vontade – a fortaleza das obrigações morais. “Nesse mundo, e até também fora

dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade.” Sua declaração no início da **Fundamentação da Metafísica dos Costumes** aponta apenas para um dos lados de seu objeto, mas deixa-nos entrever também o outro, inteiramente. Se só a vontade pode ser boa sem limitação, então não há o que possa ser considerado irrestritamente mau a não ser uma má vontade. Ela, sozinha, a vontade, divide o reino da moral em seus dois campos: o do bom e o do mau.

Assim é que o problema moral parece ser a domesticação da vontade. Muitos, depois de Kant, se insurgiram contra essa idéia emasculadora do querer. E, de fato, vale perguntar até que ponto estavam certos. Em meio aos sucessivos abalos que o pensamento do século XIX e os acontecimentos do século XX provocaram nos fundamentos morais, a filosofia fundacionista reergueu sua paliçada. O ceticismo moral e o niilismo *fin de siècle* perderam seu *glamour* intelectual tão logo os olhos do mundo viram em corpos humanos, depositados e aniquilados nos campos de concentração, o grau de crueldade que pode alcançar a vontade. O que diríamos contra os protagonistas do horror – os de antes, os de agora e os que certamente nos sucederão – se não tivéssemos, ao menos, um ponto em que pudéssemos fundar as obrigações morais para com os outros? Contra a barbárie, o que temos nós, os filósofos? Frente à bestialidade da vontade, a que nos resta recorrer senão à razão? Com efeito, a divisa de que, em alguma medida, somos todos neokantianos nunca foi tão corroborada quanto na filosofia moral do

pós-guerra. Variações da filosofia prática de Kant estão em incontáveis tentativas de fundamentação do dever que foram feitas desde então.

Segundo o diapasão kantiano, a vontade boa é a vontade racional. Reside exatamente aí, no grau de robustez – ou, visto da perspectiva negativa, no grau de debilidade – que se confere à razão, uma das mais importantes notas distintivas entre quase todas as concepções filosóficas contemporâneas que defendem haver um fundamento para a moral e, como querem, uma alternativa à barbárie. A origem comum, o pensamento do “relógio de Königsberg”, garante-lhes virtudes e vícios semelhantes. Do lado das virtudes, está o fato de que os princípios da moral kantiana são facilmente assimiláveis pela cultura ocidental cristã esclarecida, a que nos moldou como somos, para o melhor e o pior. Antes de sermos neokantianos, somos cristãos (convictos ou não); traço de onde germina um vício comum a esta cepa de filosofias fundacionistas da moral: o desdém pelas inclinações mundanas, mas humanas. É bom, porém, que não esqueçamos, somos também modernos e amamos a razão, assim como Kant.

Se o leitor quer saber como agir, não consulte seus desejos e sentimentos, eles o trairão. Invariavelmente! Para Kant, não há bem real que se alcance tendo-se como guia as inclinações sensíveis. A carne não é apenas fraca, ela é moralmente cega, pior, infensa à moral (e há quem possa duvidar agora do cristianismo kantiano?). Pergunte à razão, leitor, e ela lhe dirá, concordando consigo mesma, que você deve agir como se legislador fosse; legislador de uma natureza cujas leis, as que você lhe der, serão universais, como o são as leis físicas sobre as quais, no entanto, não temos qualquer influência.

Colocados assim nessa condição de legisladores coerentes (a razão nos aproxima de Deus!) de um mundo dos fins a ser edificado no reino da natureza, promulgaríamos máximas universais para a ação, cujo traço comum seria a desconsideração para com os interesses privados de cada membro do reino moral. O problema é como agir conforme estas regras. Nós, que somos humanos, demasiadamente humanos (como vaticinou Nietzsche).

Que Kant não tenha sido ingênuo com respeito à natureza humana, vê-se sobretudo porque nunca esperou que pudéssemos dar conta desse problema (pelo menos não sem a eternidade d’alma e a benevolência divina). Nossa vontade, que não é santa, inclina-se para todos os lados do prazer, mas quase nunca – aconteceu – para o dever. Por sorte, segundo ele, nossa redenção se dá com pouco, muito pouco. Basta nossa firme intenção para agir por respeito à lei, que nossa própria razão nos dá, para que haja esperança. E apenas isso, esperança. A escolha, no entanto, tem de ser livre, quer dizer, uma determinação da razão pura em seu uso prático. Toda escolha cujo fundamento seja a felicidade em alguma de suas formas já está condenada à imoralidade. Mas, então, não estamos todos, que, afinal, só queremos ser felizes, desde sempre condenados?

Eu não seria mesmo justo com Kant se não concordasse que entre as maiores virtudes de sua filosofia moral está a crença no poder da razão humana para disciplinar a vontade. E, no entanto, aqui também encontramos o seu maior vício. O esclarecimento nos prometeu um paraíso racional laico. A história nos mostrou também a barbárie da razão, e sob muitas bandeiras, à direita e à esquerda. Dirão que o conceito “razão” não é o mesmo nos dois casos – em Kant e nos regimes totalitários – ou que, pelo menos, não está aqui bem definido. Como não concordar com expediente tão filosófico? Os pruridos do filósofo não diminuem, contudo, nossa legítima inquietação: como escapar à barbárie (seja ela da vontade ou da razão). Creio que nos duzentos anos de sua morte, também não seríamos justos com a grandeza de Kant, se não pudéssemos submeter sua filosofia ao escrutínio de nosso tempo.

Numa frase da **Crítica do Juízo**, Kant fecha, com cristalina transparência, o círculo de seu carrocel conceitual. Diz ele: “Pois o bom é o objeto da vontade (isto é, de uma faculdade de apetição determinada pela razão)”. E onde a razão escolheu, não há espaço para mais liberdade. Liberdade, Razão e Vontade (a boa, melhor frisar) são, pois, meras variações de um mesmo tema: a necessidade. Se queremos honrar Kant, sua filosofia deveria ser revisitada hoje com a desconfiança

que nós, contemporâneos, acumulamos nestes últimos dois séculos contra as muitas liberdades necessárias que nos foram oferecidas. Mas não apenas isso, creio que deveríamos revisitá-la também com as esperanças que – quem diria! – nossa apaixonada e contingente vontade não deixa morrer. Assim, entre razões e sentimentos, haveremos, como sempre, de encontrar alguma barricada contra a barbárie, nossa inexorável sombra.

Referências bibliográficas

- KANT, Emmanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (GMS)
- _____. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (KrV)
- _____. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Edições 70, 1986. (KprV)
- _____. **O que significa orientar-se no pensamento**. Lisboa: Edições 70. 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Zur Genealogie der Moral*. In: **Friederich Nietzsche: Das Hauptwerk**. München: Nymphenburger, 1990.